



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS - CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO**

**MIKAELY BORGES FAUSTINO**

**A PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL QUANTO A  
RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO**

**CAMPINA GRANDE**

**2025**

MIKAELY BORGES FAUSTINO

**A PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL QUANTO A  
RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

**Orientador:** Prof. Dr. Raul Augusto Ramalho de Mello

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F268p Faustino, Mikaely Borges.

A percepção de pessoas com deficiência visual quanto a recursos de acessibilidade no telejornalismo [manuscrito] / Mikaely Borges Faustino. - 2025.  
22 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dr. Raul Augusto Ramalho de Mello, Departamento de Comunicação Social - CCSA".

1. Acessibilidade. 2. Telejornalismo. 3. Deficiência visual. 4. Audiodescrição. I. Título

21. ed. CDD 070.4

MIKAELY BORGES FAUSTINO

**A PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL QUANTO A  
RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC  
(Artigo) apresentado à Coordenação do  
Departamento de Comunicação Social da  
Universidade Estadual da Paraíba –  
UEPB, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharela em Jornalismo.

Aprovada em: 09/06/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rostand de Albuquerque Mélo** (\*\*\*.760.324-\*\*), em 10/06/2025 08:07:25 com chave 16e0e77645eb11f0845a06adb0a3afce.
- **Fernando Firmino da Silva** (\*\*\*.070.164-\*\*), em 10/06/2025 15:31:34 com chave 230a0314462911f0b8c606adb0a3afce.
- **Raul Augusto Ramalho de Mello** (\*\*\*.441.974-\*\*), em 10/06/2025 12:10:08 com chave ff81984c460c11f0ac5c2618257239a1.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Ata de Projeto Final

**Data da Emissão:** 27/06/2025

**Código de Autenticação:** 665703



## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Geralda (in memoriam), cuja partida não apagou a força do seu exemplo, nem o carinho profundo que deixou em minha vida. Seu legado de sabedoria, fé e amor seguem iluminando meus caminhos, como um farol que permanece aceso na memória e no coração.

“É justo que muito custe o que muito vale.”  
— Santa Teresa D'Ávila

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Telejornalismo.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Acessibilidade.....</b>	<b>10</b>
<b>2.3 Telejornalismo e Acessibilidade.....</b>	<b>11</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>14</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>22</b>

## A PERCEPÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL QUANTO A RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO

Mikaely Borges Faustino<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca analisar as práticas de acessibilidade no telejornalismo, com ênfase no uso de recursos como a audiodescrição, a fim de avaliar o nível de inclusão de pessoas com deficiência visual. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas com participantes do Instituto dos Cegos, em Campina Grande, Paraíba, buscando compreender suas experiências e desafios no acesso às informações veiculadas pelos telejornais. Com base nos dados coletados, apresentam-se recomendações como a implementação da audiodescrição em tempo real, a verbalização de imagens, gráficos e mapas, e a capacitação de jornalistas para lidar com as demandas da acessibilidade. Tais medidas visam aprimorar os meios de comunicação, de modo a promover maior inclusão, garantir o direito à informação e incentivar a participação cidadã dessa comunidade na sociedade.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade; Telejornalismo; Deficiência visual; Audiodescrição.

### ABSTRACT

This article aims to analyze accessibility practices in television journalism, with an emphasis on the use of resources such as audio description, in order to assess the level of inclusion of people with visual impairments. The research adopts a qualitative approach, through interviews with participants from the Institute for the Blind in Campina Grande, Paraíba, seeking to understand their experiences and challenges in accessing information broadcast by TV news programs. Based on the data collected, recommendations include the implementation of real-time audio description, the verbalization of images, graphics, and maps, and the training of journalists to address accessibility demands. These measures aim to improve media practices in order to promote greater inclusion, ensure the right to information, and encourage the civic participation of this community in society.

**Keywords:** Accessibility; Television journalism; Visually impaired; Audio description.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: mikaelyfaustino9@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Embora as mídias digitais tenham avançado, a televisão ainda exerce papel relevante na sociedade brasileira como fonte de informação, formação de opinião e mediação cultural. Entre os diversos formatos televisivos, o telejornal se destaca por concentrar parte significativa da audiência e por ser percebido como um espaço de referência simbólica, comparável a instituições como a família e a escola (Vizeu; Correia, 2008). Essa relevância social confere ao telejornalismo uma responsabilidade elevada quanto à garantia do direito à comunicação para todos os cidadãos, inclusive aqueles com deficiência.

No entanto, apesar dos avanços legais e normativos conquistados nas últimas décadas como a Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a acessibilidade comunicacional ainda é um desafio persistente nos meios de comunicação de massa. Dados do Censo 2022 do IBGE indicam que aproximadamente 4% da população brasileira com 2 anos ou mais possui deficiência visual funcional, mesmo utilizando óculos ou lentes corretivas, o que reforça a urgência de práticas midiáticas mais inclusivas.

Mais do que a simples oferta de recursos como a audiodescrição, a acessibilidade deve ser entendida como um processo multidimensional, que abrange aspectos linguísticos, sensoriais, estéticos e atitudinais (Sasaki, 2010; De Paula; Bueno, 2006). Isso significa considerar como os conteúdos jornalísticos são organizados, narrados e sonorizados, de forma a garantir sua utilização plena por pessoas cegas ou com baixa visão. A ausência de estratégias que contemplem essas dimensões pode comprometer não apenas o entendimento das reportagens, mas também o sentimento de pertencimento e participação social desse público (Pozzobon, 2010; Scoralick, 2020).

Partindo dessa premissa, a finalidade deste trabalho é analisar, sob uma perspectiva qualitativa, as experiências de acessibilidade comunicacional em telejornais brasileiros vivenciadas por pessoas com deficiência visual. Busca-se compreender como esses indivíduos interagem com os conteúdos jornalísticos transmitidos pela televisão, quais barreiras enfrentam no acesso à informação e de que forma constroem estratégias próprias de mediação diante das limitações impostas pela produção televisiva.

A escolha do tema foi motivada pela vivência pessoal com minha irmã Melissa, que possui deficiência visual. Ao observar os desafios enfrentados por ela no dia a dia, percebi que algo aparentemente simples para muitos, como assistir à televisão, nem sempre é acessível para todos. Essa realidade despertou em mim um olhar mais sensível para as questões de acessibilidade. Além disso, essa convivência também me aproximou da realidade de outras pessoas com deficiência visual, especialmente por meio do contato com o Instituto dos Cegos do Nordeste (ICENO), o que ampliou ainda mais minha compreensão sobre as barreiras enfrentadas por esse público. A experiência direta da minha irmã com as dificuldades de acesso à informação me impulsionou a refletir sobre a urgência de práticas midiáticas mais inclusivas, tornando esta investigação não apenas acadêmica, mas também afetiva e socialmente comprometida.

A investigação adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas com perguntas abertas, respondidas via Google Forms por cinco participantes cegos vinculados ao Instituto dos Cegos do Nordeste (ICENO), organização com atuação histórica na cidade de Campina Grande (PB). A escolha

metodológica visa valorizar a escuta e a interpretação das experiências subjetivas, em conformidade com as diretrizes apontadas por Gerhardt e Silveira (2009). O referencial teórico tem como base autores como Sasaki (2010), De Paula e Bueno (2006), Aderaldo e Nunes (2016) e Carla Beraldo (2023), que discutem a acessibilidade em suas múltiplas dimensões, além de contribuições de autores que problematizam o intermédio cultural e a inclusão no campo da comunicação.

Ao destacar as experiências de pessoas com deficiência visual no consumo de telejornais, este estudo busca reforçar o papel do telejornalismo na promoção do direito à informação, elemento fundamental para o exercício pleno da cidadania e da inclusão social, e contribuir para a construção de práticas jornalísticas mais sensíveis à diversidade sensorial do público.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Telejornalismo

Para entender qualquer produto jornalístico, é preciso conhecer como ele é feito. O jornalismo combina teoria e prática; a forma como é aplicado define sua teoria, a qual influencia como o jornalismo é praticado, aperfeiçoando os processos, os produtos e a formação profissional. Diante disso, Emerim (2017, p. 115, apud Meditsch, 1997) indicava que:

[...] o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E, ao revelar diferente pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar (Meditsch, 1997, p. 03).

Ademais, o jornalismo desempenha uma função prática ao observar a realidade, o cotidiano da sociedade e as relações entre as pessoas e o mundo. É assim que ele se estabelece como um tipo específico de conhecimento.

Nesse contexto, o Telejornalismo traz os princípios essenciais do jornalismo, tendo um formato característico de criação de conteúdo informativo para telas, onde são divulgadas notícias baseadas em eventos que aconteceram na sociedade. Durante 70 anos teve diversas mudanças, começando no filme, passando pelo videoteipe e agora nas tecnologias digitais. Como formato, utiliza uma estrutura discursiva que é reiterada e que o caracteriza e define. Desta forma, considera-se por “telejornal um programa que reúne notícias que tenham repercussão e abrangência para um público eclético cujas temáticas selecionadas têm o objetivo de resumir os principais fatos e acontecimentos das últimas horas” (Emerim, 2014, p. 87).

Vale ressaltar que, no telejornalismo, o conteúdo é focado em abordar temas que interessam a públicos específicos e, ao mesmo tempo, é adaptado para todas as telas modernas, tendo assim, a visibilidade e participação do coletivo com imagens que seduzem os mesmos para transportar informações de qualidade. Sendo crucial lembrar que, como destaca Paternostro, a televisão funciona a partir da relação texto/imagem, os dois devem “caminhar juntos”. “Ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou não tem razão de existir, perde a sua função. O papel da palavra é dar apoio à imagem e não brigar com ela” (Paternostro, 1987, apud Scoralick p.95).

Nesse sentido, os telejornais em cada edição e programa se destacam por sua singularidade, apresentando variações em conteúdo, duração, cenário, perfil editorial e desempenho dos apresentadores. Essas diferenças também refletem as peculiaridades de cada emissora, o horário de exibição, e as características individuais dos profissionais envolvidos, com ênfase nas figuras dos apresentadores. Contudo, os diferentes programas de telejornalismo compartilham uma forma semelhante de estruturar o conteúdo, orientada por um conjunto específico de intenções, o que nos permite identificá-los como tal. Assim, consideramos um gênero quando, apesar das variações de cada programa, há padrões consistentes nos roteiros usados, criando uma expectativa comum entre os espectadores. Conforme Machado (2000, p. 104), “talvez não exista na televisão um gênero tão rigidamente codificado como o telejornal”. O telejornal “constitui um gênero televisivo em si, com suas próprias regras de seleção – hierarquização, estruturação narrativa, mediação etc.” (Jespers, 1998, p. 175). Embora os formatos informativos televisivos se assemelhem ao telejornal, eles usam uma combinação de diversas fontes de imagem e som – como filmes, arquivos, fotografias, mapas, gráficos, textos, locução, música e ruídos – para relatar os fatos e eventos provenientes da realidade, seus princípios de organização são distintos e específicos. Com base nisso, podemos sintetizar que o telejornal é um gênero televisivo da transmissão direta, que constitui ao mesmo tempo uma unidade estética, com seus modos particulares de organização interna e cultural, relacionada à sua dimensão histórica. Ele apresenta uma configuração própria, adaptada ao contexto em que está inserido.

“Os noticiários são – ou pelo menos se consolidaram como – um lugar de segurança e de referência do mundo para os brasileiros - semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo” (Vizeu; Correia, 2008). Visando o lado técnico, os noticiários têm como característica principal a reportagem, uma representação do trabalho coletivo do telejornalismo. Da criação da pauta, à produção e edição, são diversos jornalistas envolvidos no processo. Todavia, para os espectadores, a cada notícia na televisão tem apenas um rosto: o repórter. Esta relação se constitui a partir da passagem, gravação feita pelo repórter em externa falando para a câmera. O texto geralmente fornece informações importantes que não podem ser mostradas pelas imagens. Por isso, o repórter no local dá voz, rosto e presença à reportagem. Segundo Fachine e Lima (2009), Vera Paternostro define a passagem como um trecho gravado pelo repórter no local do acontecimento, com informações relevantes, que reforça sua presença na matéria e deve ser inserido durante o desenrolar dos fatos (Paternostro, 2006, apud Fachine; Lima, 2009, p. 270). Por outro lado, Siqueira (2012) destaca diversos formatos da notícia utilizados nos telejornais na era digital, como: nota, nota ao vivo com imagens, nota coberta, reportagem, ao vivo, *stand up*, *display*, *duet* ou *telão*, entrevista, sonora, comentário, audiotípe, chamada, virtual, híbrido ou multiformato.

A nota simples envolve apenas a fala do apresentador ou apresentadora, a nota ao vivo com imagens é a participação do apresentador sobreposta por cenas ao vivo ou editadas e a nota coberta pressupõe o uso de uma cabeça precedida de off, como é chamado o texto gravado em que posteriormente são inseridas imagens na ilha de edição (Siqueira, 2012). Por fim, a reportagem inclui a atuação de um repórter tanto na apuração quanto na apresentação da notícia, representando um dos formatos mais completos do telejornal. Abrange elementos como cabeça, off, passagem, sobe som, sonora e nota pé.

Wolton (2004) relaciona esse processo acerca da definição e construção do telejornal como um modo de ver “o mundo como ele é”, fato que cria um sentimento

de segurança ontológica. Enquanto principal fonte de informação dos acontecimentos para muitos brasileiros, o telejornal configura também um elemento das suas vidas cotidianas, funcionando em última instância como um “laço social estruturante”.

## 2.2 Acessibilidade

O termo acessibilidade deriva-se do latim *accessibilite*, no dicionário de língua portuguesa, encontra-se o termo acessibilidade enquanto “[...] qualidade ou caráter de acessível; facilidade na aproximação, no trato ou na obtenção; a que se pode chegar; de acesso fácil” (Ferreira, 1985, p. 26).

Na perspectiva de Ferreira (1985), pode-se refletir que a acessibilidade é, portanto, o critério que determina se os elementos do ambiente construído, como parques, casas e prédios, podem ser utilizados com segurança e autonomia, sem que haja necessidade do conhecimento prévio destes.

A propagação do conceito de acessibilidade teve início em 1981, ano declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “Ano Internacional dos Portadores de Deficiência”. No Brasil, o direito de pessoas com deficiência terem as mesmas oportunidades que os demais cidadãos possuem e de desfrutarem as condições de vida provenientes do desenvolvimento econômico e social foi proporcionado pela Constituição Federal (CF) de 1988, a qual presume que todos os cidadãos se desenvolvam plenamente, sem discriminação por origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de preconceito, e garante o direito à educação para todos; e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (Brasil, 1999).

Tendo em vista a necessidade de um órgão regulamentador, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004), torna-se responsável por assegurar a acessibilidade e acesso para todos em qualquer espaço seja físico ou de comunicação, proporcionando assim a entrada aos diferentes tipos de pessoas com necessidades educacionais especiais (crianças, idosos, gestantes etc.) aos locais por elas frequentados, garantindo-lhes qualidade de vida, por meio da Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com Sasaki (2010), a acessibilidade possui seis diferentes dimensões:

- Arquitetônica: sem barreiras em ambientes físicos, residenciais, edifícios, espaços urbanos;
- Comunicacional: à acessibilidade que se dá sem barreira na comunicação interpessoal, língua de sinais, escrita incluindo texto em braile;
- Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional) de ação comunitária;
- Instrumental: sem barreiras nos instrumentos utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação;
- Programática: sem barreiras, muitas vezes embutidas em políticas públicas (leis, decretos e portarias);
- Atitudinal: acessibilidade sem preconceitos em relação a pessoal em geral.

Observa-se, portanto, que a acessibilidade abrange proporções que envolvem aspectos essenciais da vida diária, como necessidades e interações sociais, bem como o que é determinado por programas, políticas e ações governamentais.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2004, p. 2) sublinha o que “denomina acesso à autonomia, liberdade e individualidade”: liberdade de escolha ou a opção individual no ato de relacionar-se com o ambiente e com a vida.

As dificuldades e limitações das condições de acesso aos bens e serviços sociais e culturais configuram uma das mais perversas situações de privação da liberdade e de equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano. O conceito de acessibilidade vai muito além do direito de adentrar aos ambientes naturais e físicos, confundindo-se mesmo com o direito de participação ativa no meio social, com a cidadania ou a inclusão social. Não é concebível, pois, defender inclusão social abstraído-se as condições básicas de acessibilidade nos espaços sociais públicos ou que são compartilhados por todos. Pode ser irrelevante destacar a palavra todos. No entanto, talvez represente um alerta àqueles que tenham uma obscura percepção dos segmentos da população que têm sido reiteradamente privados de seus direitos humanos fundamentais, inclusive daquele composto pelas pessoas com deficiências (Mazzotta, 2006, p. 31).

A criação de uma sociedade para todos exige assegurar acessibilidade em todas as suas dimensões. Logo, uma "sociedade acessível" é condição essencial para uma sociedade inclusiva, isto é, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os seus cidadãos (De Paula; Bueno; 2006). Diante disso, a acessibilidade é a porta de entrada para a inclusão social.

### **2.3 Telejornalismo e Acessibilidade**

O Telejornalismo ainda exerce um papel importante na mediação da informação e na construção simbólica dos acontecimentos sociais. Embora hoje compartilhe esse espaço com outras mídias e plataformas digitais, continua sendo um veículo de grande alcance e influência na forma como determinados temas ganham visibilidade na esfera pública. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, realizada pelo IBGE, apontou que cerca de 96,3% dos lares brasileiros possuíam um aparelho de televisão. De acordo com esta pesquisa podemos compreender que mesmo diante da vasta gama de escolhas entre os meios digitais, a televisão continua como uma poderosa fonte de comunicação, desde sua chegada até hoje, gera grande fascínio na sociedade por ter combinação perfeita entre imagem e som facilitando a compreensão de mundo. Para a autora Scoralick:

O essencial no telejornalismo é que imagem e texto estejam “casados”, isto é, um seja o complemento do outro. Como destaca Becker, no telejornal palavra e imagem trabalham unidos “para favorecer a compreensão, mas não basta ver, é preciso que alguém nos diga o que estamos vendo. O texto falado conduz e alinha as imagens, som, ruídos, gráficos e vinhetas” (2005, p. 71). (Scoralick, 2020, p.95).

No entanto, embora o telejornalismo consiga atrair uma audiência expressiva, ele também apresenta desafios para garantir que as informações sejam acessíveis a uma parte da população, como pessoas com deficiência visual e com outras

necessidades específicas. Isso compromete a igualdade de acesso à informação, limitando a compreensão de quem depende de adaptação. Sendo assim, torna-se necessário a difusão destes dois eixos de forma a incluir essa sociedade perante suas limitações.

Nesse cenário, é pertinente destacar as contribuições teóricas de Carla Beraldo e Marcos Bonito, que aprofundam a relação entre jornalismo e acessibilidade de forma crítica e fundamental. Os autores defendem que a acessibilidade no jornalismo não deve se restringir à adoção pontual de recursos técnicos, como legendas ou audiodescrição, mas precisa ser gerada como um compromisso ético e estrutural das práticas comunicacionais. Diante disso, argumentam que é essencial que a produção jornalística observe, desde o início, os diversos modos de recepção e as especificidades dos públicos. Como ressalta Beraldo, “a maior parte dos sites noticiosos deveria atender aos mais diversos perfis de usuários” (Beraldo et al., 2023, p. 20), o que exige o desenvolvimento de interfaces e conteúdos pensados para a diversidade de leitores e espectadores, inclusive aqueles com deficiência visual, auditiva e intelectual. Essa perspectiva amplia o entendimento da acessibilidade como um direito humano fundamental, vinculado à cidadania e à participação democrática.

Marcos Bonito (2022), por sua vez, argumenta que a exclusão de pessoas com deficiência dos meios digitais ainda é reflexo de uma lógica comunicacional que desconsidera sua existência como público legítimo. Em sua análise crítica, Bonito afirma que “há uma evidente contradição, uma vez que organizações jornalísticas buscam ter atenção do público [...] enquanto nota-se uma falta de acessibilidade nos meios jornalísticos que impossibilita ou dificulta o consumo de notícias de uma parte do público em potencial” (Bonito, 2022, apud Beraldo et al., 2023, p. 19). Para ele, é preciso superar o modelo de comunicação normativo e excludente, integrando profissionais especializados e tecnologias assistivas nas rotinas produtivas dos veículos de mídia. Ao defender um jornalismo mais acessível, Bonito contribui para a construção de uma prática comunicacional realmente inclusiva, que reconhece os diferentes modos de existência e de consumo da informação.

No Brasil, segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,7% da população com 2 anos ou mais apresenta algum tipo de deficiência – física, mental, auditiva ou visual –, o que corresponde a cerca de 13,3 milhões de pessoas. Dentre essas, a deficiência visual foi a mais prevalente, afetando aproximadamente 4% da população. Sendo uma parcela considerável, enfrentam barreiras que vão além do convívio social, impactando também seu acesso ao conhecimento e à cultura.

Considerando esse cenário, percebe-se que a acessibilidade de modo geral está diretamente ligada à criação de conteúdos adaptados ou responsivos, permitindo que pessoas com deficiência tenham pleno acesso à informação. Reconhecendo a importância dessa questão e a necessidade de eliminar obstáculos, em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão a Pessoa com Deficiência (LBI), que assegura o direito às pessoas com deficiência visual a ter acesso a conteúdo televisivo. Logo, a legislação prevê a oferta de, pelo menos, três tipos de recursos assistivos, entre eles a audiodescrição, especificamente voltada para pessoas com deficiência visual, permitindo a compreensão das cenas por meio de uma narração detalhada. Além da audiodescrição, a legislação também contempla a janela de Libras, que traduz o conteúdo falado para a Língua Brasileira de Sinais, e a legendagem oculta (closed caption), que transcreve falas e sons para o texto na tela.

O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela (Pozzobon; Pozzobon, 2010).

Vale ressaltar que, a audiodescrição pode ser feita ao vivo ou gravada. A versão gravada é mais comum em filmes e programas de televisão. Já em eventos ao vivo, como apresentação de peças teatrais e em congresso. Desse modo, foi abordado sobre a implementação na TV analógica, mas sua obrigatoriedade ficou apenas para a TV digital. Assim, atualmente, só quem tem TV digital pode acessar a AD. Cabe salientar ainda que, essa obrigatoriedade é aplicável aos programas gravados, mas não se estende aos telejornais, por exemplo, devido ao caráter imediato do formato e à imprevisibilidade dos roteiros de programas ao vivo. Segundo Aderaldo e Nunes (2016), o Brasil foi o primeiro país da América Latina a implementar a exigência de acessibilidade visual na TV e a partir do dia 1º de julho de 2011, as emissoras com sinal digital começaram a incluir AD em parte de sua programação. (Aderaldo; Nunes, 2016, p. 33).

Foi determinado legalmente a transmissão semanal de um número mínimo de horas com audiodescrição, com aumento progressivo ao longo dos anos. Contudo, mesmo com as exigências da lei, os telejornais ainda não oferecem acessibilidade suficiente. Os materiais e reportagens disponíveis com audiodescrição são bastante limitados, além do que, a transmissão em tempo real na grade brasileira com a aplicação deste recurso não existe. Todavia, se a audiodescrição não é frequentemente oferecida, a plena compreensão das notícias por pessoas com deficiência visual fica comprometida.

Desse modo, se faz necessário considerar a relação entre deficiência visual, acessibilidade e telejornalismo, a fim de garantir que as pessoas com deficiência visual se sintam incluídas na cultura audiovisual televisiva. Pois, o telejornal é para todos e as configurações podem ser diferentes, não comprometendo a credibilidade.

### 3 METODOLOGIA

O processo metodológico da presente pesquisa tem como objetivo analisar as práticas atuais de acessibilidade no telejornalismo, com ênfase no uso de recursos como a audiodescrição, a fim de compreender o nível de inclusão oferecido às pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, a abordagem adotada para este trabalho é uma pesquisa qualitativa, buscando proporcionar uma compreensão detalhada sobre as experiências e desafios enfrentados por esse público no acesso<sup>2</sup> às informações televisivas, uma vez que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (Gerhardt E Silveira, 2009, p. 31).

---

<sup>2</sup> Link do questionário online: <https://forms.gle/3eovZphEnv589CnM6>

Ademais, a pesquisa foi realizada com a participação de indivíduos vinculados ao Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (ICENO). Fundado em 1952, na cidade de Campina Grande-PB, o Instituto tem como atual presidente a participante de 48 anos, que possui cegueira total. Sua atuação é voltada para a inclusão social e a escolarização de pessoas com deficiência visual, promovendo o ensino do Braille, o uso do computador, o aprendizado musical e a prática esportiva, contribuindo para reabilitação e qualidade de vida.

Para cumprir com a proposta da análise, foram coletadas informações por meio de um formulário digital (FORMS)<sup>2</sup> com questões abertas, disponibilizado via link no WhatsApp da mesma forma que fizeram Nogueira e Ramalho (2025). Sendo separadas em duas etapas, o processo de identificação (Nome completo e idade), e na segunda, perguntas iguais para todos os entrevistados, de modo que seja possível estabelecer semelhança e comparação entre as respostas. O questionário, composto por 10 perguntas, foi aplicado a cinco pessoas com deficiência visual total, incluindo a presidente, os professores e alunas do ICENO. Apesar de o formulário ter sido elaborado via Google Forms, dos cinco participantes, três responderam ao formulário digital com autonomia própria, e dois participantes tiveram suas respostas colhidas presencialmente no Instituto dos Cegos do Nordeste, com meu acompanhamento direto, tendo em vista suas dificuldades de acesso digital e limitações de tempo. Essa adaptação buscou garantir a efetiva participação dos entrevistados e respeitar suas condições individuais de resposta.

Nessa perspectiva, as entrevistas possibilitaram a obtenção de relatos sobre as experiências, dificuldades e percepções dos participantes em relação à acessibilidade nos telejornais. O processo de levantamento de dados é essencial para identificar lacunas e oportunidades de melhoria na veiculação de informações acessíveis na televisão.

Além das entrevistas, a pesquisa também inclui uma análise descritiva dos materiais audiovisuais nos telejornais, com o objetivo de verificar a presença de recursos de acessibilidade, como a audiodescrição. Segundo Gil (1991), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo entender as características de um grupo ou fenômeno, ou ainda observar como diferentes fatores estão relacionados entre si. Assim, permitindo compreender a abrangência das práticas adotadas e seu impacto na inclusão de pessoas com deficiência visual no consumo de notícias por meio da televisão.

Com base nos resultados obtidos, serão elaboradas recomendações para aprimorar a acessibilidade no telejornalismo, visando facilitar a compreensão das notícias por parte da comunidade de deficientes visuais. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de uma comunicação mais inclusiva, promovendo maior participação social desse público.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Partindo da abordagem qualitativa adotada, esta pesquisa teve como objetivo compreender a experiência de pessoas com deficiência visual ao assistirem telejornais, analisando os desafios enfrentados, as percepções acerca dos recursos de acessibilidade disponíveis, bem como as sugestões voltadas ao aprimoramento das práticas de inclusão midiática. Participaram do estudo a participante (48 anos, presidente do Instituto), participante (47 anos, professor), participante (36 anos,

professora de informática), participante (23 anos, aluna) e a participante (16 anos, aluna). As respostas foram organizadas em categorias temáticas, conforme os principais eixos a seguir, definidos na entrevista:

- Experiência assistindo telejornais;
- Uso de recursos de acessibilidade;
- Opiniões sobre as práticas atuais de acessibilidade;
- Recomendações para aprimoramento da acessibilidade;
- Impacto na compreensão e participação.

De modo geral, os participantes relataram vivências distintas ao acompanharem os telejornais, sendo a maioria delas marcada por limitações decorrentes da ausência de recursos acessíveis. Embora todos afirmem compreender o conteúdo sonoro das reportagens, a parte visual foi identificada como um fator determinante de exclusão. Relataram a perda de informações relevantes devido à ausência de descrição das imagens veiculadas. Como destacou a participante<sup>3</sup>: “consigo compreender a parte do áudio, mas a parte visual é confusa, impedindo-me de entender completamente a notícia”. Outros entrevistados indicaram que, em função dessas barreiras, deixaram de acompanhar telejornais com frequência, priorizando outras fontes, como redes sociais e aplicativos de notícias.

A falta de audiodescrição foi destacada como o principal obstáculo enfrentado por quase todos os participantes. Além disso, foram apontadas a velocidade com que as reportagens são apresentadas e a predominância de elementos visuais não acompanhados de explicações verbais, o que compromete a compreensão plena do conteúdo. Na percepção da participante<sup>4</sup>: “a rapidez com que o assunto é passado e a falta de descrição das imagens dificultam muito”. O participante também mencionou a dificuldade de acompanhar quadros como a previsão do tempo: “quando falam da faixa amarela, não sabemos identificar, se não é falado”. Esses relatos evidenciam que o formato tradicional dos telejornais ainda se apoia fortemente em recursos visuais que, sem adaptações, excluem uma parcela significativa do público. Nesse contexto, reforça-se a importância da audiodescrição como mecanismo de inclusão na mídia televisiva. De acordo com Scoralick (2017, p. 28), a audiodescrição “facilita o entendimento do que está sendo transmitido e principalmente o conhecimento das cenas em que as reportagens, entrevistas de estúdio, novelas, etc, são gravadas”. O pensamento da autora destaca a relevância de uma televisão acessível e capaz de ser usufruída por todos, de maneira igualitária.

No que diz respeito ao uso de recursos de acessibilidade, a maioria dos entrevistados relatou não utilizar ferramentas como audiodescrição ou legendas descritivas ao assistir aos telejornais. Essa realidade não se deve à falta de interesse, mas sobretudo à indisponibilidade ou ao desconhecimento desses recursos na televisão aberta. Para a participante, a ausência de acessibilidade nos aparelhos televisivos é uma barreira concreta: “minha TV não é acessível”, enquanto o participante comentou: “não utilizo. E não sei se os telejornais já possuem essa acessibilidade”. A ausência de divulgação e de implementação efetiva desses

---

<sup>3</sup> Resposta registrada em questionário online (Google Forms).

<sup>4</sup> Registra-se que todas as outras respostas como ficou bem esclarecido no tópico metodologia, foram encaminhadas via Google Forms. Por isso, nos reservamos ao recurso estilístico de não repetirmos todas essas notas pés.

recursos evidencia o quanto a acessibilidade ainda é negligenciada no contexto televisivo.

Entre os recursos mencionados como mais eficazes, a audiodescrição teve maior destaque. Para os entrevistados, ela constitui uma forma de “ver com os ouvidos”, permitindo a compreensão de conteúdos visuais e, conseqüentemente, ampliando o entendimento da mensagem. A participante<sup>2</sup> ressaltou que esse recurso “mostra o que aparece na parte visual, o que me faz entender tudo sobre o conteúdo”. Além da audiodescrição, foram mencionadas ferramentas de Inteligência Artificial e descrições textuais utilizadas em redes sociais, embora seu uso ainda seja pontual e dependa da iniciativa de quem publica o conteúdo. A relevância atribuída à audiodescrição pelos participantes também é citada pelos autores Pereira, Schuster e Negrini (2022, p.14) que apontam que: “A eficácia da AD em promover a inclusão de pessoas com deficiência atesta a importância da disponibilização desse recurso de forma mais ampla. Ao redor do mundo, a disponibilização do recurso já avançou consideravelmente”.

Quando questionados sobre a percepção das práticas atuais de acessibilidade nos telejornais, os participantes demonstraram desconhecimento ou insatisfação quanto às medidas existentes. A maioria afirmou não ter conhecimento de programas jornalísticos que adotem recursos acessíveis direcionados a pessoas com deficiência visual. Dito isso, a participante salientou que: “não existem práticas específicas; os telejornais são feitos para o público geral”. A participante reconheceu que, embora o debate sobre acessibilidade venha ganhando espaço gradativamente, ainda há obstáculos significativos no acesso aos recursos disponíveis. Ela destacou as dificuldades enfrentadas por pessoas cegas na ativação da audiodescrição, devido à complexidade de configuração exigida pelos aparelhos de televisão “Eu acho que já começou a se pensar em recursos de acessibilidade mas ainda existem passos longos que devem ser dados, por exemplo, existe uma emissora de tv que emite um som quando tem áudio descrição na programação mas para ativar essa audiodescrição é necessário ativação no menu da TV com o controle, não tem como uma pessoa cega fazer isso sozinha”.

As sugestões para aprimorar a acessibilidade nos telejornais foram consistentes e recorrentes entre os participantes. Entre elas, destacam-se: a implementação da audiodescrição em tempo real durante as reportagens; a verbalização de elementos visuais essenciais (como gráficos, mapas, imagens e ações não narradas); a capacitação de profissionais da comunicação para lidar com acessibilidade; e a escuta ativa das pessoas com deficiência visual no processo de desenvolvimento de formatos e ferramentas. Conforme apontado pelo participante: “é necessário que todos busquem tornar a comunicação acessível a todos, criando meios dentro do desenho universal”.

Quanto ao impacto da acessibilidade na compreensão das notícias e na participação social, a maioria reconheceu que a presença de recursos acessíveis teria efeitos positivos significativos. Segundo os entrevistados, haveria uma maior compreensão dos temas abordados nos noticiários, além de um fortalecimento do sentimento de pertencimento e de exercício da cidadania. A participante<sup>3</sup> afirmou: “estaríamos mais informados e motivados a acompanhar os telejornais”. Em contrapartida, alguns participantes mencionaram que a falta de acessibilidade não compromete completamente seu acesso à informação, uma vez que recorrem a mídias digitais para se manterem atualizados. Ainda assim, todos concordam que a televisão continua sendo um veículo importante de divulgação de informações e que

sua adaptação trará benefícios não apenas às pessoas com deficiência visual, mas também a idosos e indivíduos com dificuldades de leitura ou interpretação.

Esses resultados reforçam a urgência de repensar os modelos tradicionais de telejornalismo sob a perspectiva da inclusão e da diversidade. A adoção de recursos acessíveis não deve ser interpretada como um privilégio, mas como um dever ético e legal dos meios de comunicação. Além disso, os dados revelam a importância de incluir os próprios usuários no centro do processo de desenvolvimento de soluções acessíveis, garantindo que suas vivências e necessidades reais orientem as decisões de produção midiática.

## 5 CONCLUSÃO

Ao recapitularmos os objetivos desta pesquisa, destacamos a análise da acessibilidade em telejornais para pessoas com deficiência visual, com ênfase em suas experiências, percepções e sugestões relacionadas à inclusão midiática. Com base nas entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, foi possível identificar que, embora existam avanços técnicos e legais, como a presença de audiodescrição e a tentativa de narração mais objetiva por parte dos apresentadores, ainda persistem barreiras que comprometem a plena compreensão do conteúdo transmitido.

Os dados evidenciaram que a maioria dos telejornais não adota estratégias eficazes para tornar suas informações acessíveis a esse público. A ausência de descrição de elementos visuais relevantes, a velocidade da fala e o uso de linguagem confusa foram apontados como obstáculos recorrentes. Tais fatores comprometem não apenas a compreensão da informação, mas também a autonomia informativa das pessoas com deficiência visual. Ainda que alguns recursos estejam disponíveis em transmissões pela internet, como audiodescrição, esses não são amplamente divulgados nem fazem parte da rotina dos principais veículos de comunicação na televisão.

Os relatos dos participantes mostraram que a acessibilidade não deve se limitar ao cumprimento da lei, mas refletir um compromisso humano com a inclusão. Telejornais acessíveis não apenas garantem o direito à informação, mas reafirmam o princípio da cidadania e da dignidade, ao reconhecer a diversidade de formas de entendimento perante o conteúdo audiovisual.

Além disso, esta pesquisa aponta para a importância de reformular os formatos jornalísticos audiovisuais, com investimentos em tecnologias assistivas e na formação de profissionais conscientes das demandas da acessibilidade. A criação de diretrizes mais claras para a produção de conteúdos acessíveis, o fortalecimento de políticas públicas e o diálogo com organizações representativas das pessoas com deficiência visual são caminhos fundamentais para uma transformação efetiva.

Nesse contexto, compreende-se que a acessibilidade deve ser compreendida como um dever ético de toda comunicação que se propõe democrática, plural e inclusiva. É preciso reconhecer que a inclusão midiática não se limita à presença de tecnologias, mas à adoção de uma postura comprometida com o acolhimento das singularidades.

Por fim, esta pesquisa não encerra a discussão, mas contribui para ampliar a compreensão sobre uma temática ainda pouco explorada no campo da

comunicação. Espera-se que os dados aqui apresentados possam promover novas investigações e, principalmente, inspirar práticas jornalísticas mais comprometidas com a inclusão e a igualdade. A acessibilidade em telejornais constitui um passo essencial para que todas as pessoas tenham garantido seu direito pleno à informação.

## REFERÊNCIAS

ADERALDO, Marisa Ferreira; NUNES, Maria da Salete. A audiodescrição e a acessibilidade visual: breve percurso histórico. In: ADERALDO, Marisa Ferreira et al. (org.). **Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição**. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/Pesquisas-Teo%CC%81ricas-e-Aplicadas-em-Audiodescri%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 4 de março de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BERALDO, Carla; BARBOSA, Suzana; ALCÂNTARA, Mariana; TOURINHO, Raiza. **#AcesseJOR: protocolo de inovação social para o jornalismo digital**. In: BARBOSA, Suzana; BERALDO, Carla; ALCÂNTARA, Mariana; TOURINHO, Raiza (org.). *#AcesseJOR: por um jornalismo digital acessível, inclusivo e inovador*. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 17–36.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 4 de março de 2025.

DE PAULA, A. R.; BUENO, C. L. R. Acessibilidade no mundo do trabalho. In: **I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Acessibilidade: você também tem compromisso**. Brasília: SEDH, 2006.

EMERIM, Cárlica. Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 115, 2017.

EMERIM, Cárlica. Telejornalismo e semiótica discursiva. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (org.). **Telejornalismo em questão**. Coleção Jornalismo Audiovisual, v. 3. Florianópolis: Insular, 2014.

FECHINE, Yvana; LIMA, Luisa Abreu e. **Por uma sintaxe do telejornal: uma proposta de ensino**. Galáxia (São Paulo), n. 18, p. 263–275, dez. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). **Curso de acessibilidade – Um novo olhar sobre a cidade**. Recife: IBAM, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**.

Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf). Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022: características gerais dos povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e autismo: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102178.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Acessibilidade e a indignação por sua falta**. In: *Anais...* Brasília: SEDH, 2006.

NOGUEIRA, Manoel Cândido; RAMALHO, Raul. Notícias falsas, periodismo y el futuro de la profesión: lo que piensan los estudiantes del área. **Razón y Palabra**, v. 29, n. 122, 2025.

PEREIRA, B. R. G.; SCHUSTER, H. R.; NEGRINI, M. Audiodescrição em programações televisivas no Brasil: uma análise do cenário atual. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 13, n. 3, p. 12-23, set./dez. 2022.

POZZOBON, Lara. Blind Tube: conceito, audiodescrição e perspectivas. In: MOTTA, Lívia M. V. M.; FILHO, Paulo Romeu (orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. p. 107-116.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCORALICK, Kelly. **Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2017.

SCORALICK, Kelly. Audiodescrição no telejornalismo: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da descrição das imagens. **Educação e Fronteiras**, v. 10, n. 28, p. 90-102, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/13025/6341>. Acesso em: 6 de março de 2025.

SIQUEIRA, F. C. de. O telejornalismo em transformação: os formatos da notícia na era digital. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (org.). **O Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que, em Sua infinita bondade, me sustentou em cada passo desta caminhada, concedendo-me força nos momentos de cansaço, luz diante das incertezas e paz nos dias turbulentos. Sem Ele, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Adriano e Josilene, pilares da minha formação, meu eterno agradecimento. Foram, e continuam sendo, meus maiores apoiadores, incentivadores incansáveis e exemplos de dignidade e coragem. Sem vocês, este sonho não teria se concretizado.

Aos meus irmãos, Alan e Melissa, obrigada por serem meu apoio constante, por dividirem comigo os desafios e celebrarem cada conquista como se fosse de vocês. Em especial à Melissa, que foi minha maior inspiração e incentivo para a escolha do tema deste trabalho. Sua sensibilidade diante das questões que envolvem acessibilidade me impulsionou a olhar para esse tema com mais atenção, respeito e responsabilidade. A presença de vocês na minha vida é um presente.

À minha família e amigos, registro minha mais sincera e profunda gratidão pelo apoio incondicional, pela paciência nos momentos de dificuldade e pela presença constante, mesmo nos silêncios. A compreensão, o carinho e o incentivo que recebi de cada um foram fundamentais para que eu pudesse perseverar e concluir esta etapa tão importante da minha vida acadêmica. Cada gesto, palavra de encorajamento e demonstração de afeto contribuiu significativamente para que esta conquista se tornasse possível. Amo todos vocês do fundo do meu coração.

Aos amigos da graduação, agradeço pela parceria ao longo dessa jornada marcada por desafios, aprendizados e conquistas compartilhadas. O convívio com vocês foi parte essencial desta caminhada.

Ao meu orientador, Raul Ramalho, minha profunda gratidão por ter me acolhido com paciência, dedicação e compromisso. Sua orientação foi essencial para a construção deste trabalho, e seus ensinamentos ecoarão por muito além da graduação. Obrigada por acreditar no meu potencial e por tornar este processo mais leve e viável.

A todos, minha eterna gratidão!